

----- SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALVALADE, REALIZADA NO DIA VINTE E TRÊS DE JULHO DE DOIS MIL E CATORZE -----

----- ATA NÚMERO SETE -----

----- (Mandato 2013-2017) -----

----- Aos vinte e três dias do mês de julho de dois mil e catorze reuniu na sua Sede, sita na Rua Conde de Arnos número cinco-A, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Excelentíssimo Senhor Luís Filipe Nunes Coimbra Nazaré, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor José Alberto da Conceição Reis, Primeiro Secretário. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS):** – Joana Vanessa Henriques Medeiro, Mário Joaquim Gomes Branco, Maria Cristina Alves Campos, António Diogo de Carvalho Gongó Carvalheda, Mário Rui Peixoto dos Reis Costa e Maria da Luz Martins. -----

----- **Do Partido Social-Democrata (PSD):** – Mariana Raquel Aguiar Mendes Teixeira, Armando Dias Estácio, Diogo Vasco Gonçalves Nunes de Bastos, Joaquim Maria Fernandes Marques, Maria Manuela da Silva Correia Brito Nunes Santos, Francisco Luís Ferreira Bento e Maria Manuela Roque Rodrigues Maia. -----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP):** – Pedro Miguel Gomes Bastos e Aquino José Mário de Noronha. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE):** João Luís Lima de Moraes. -----

----- **Do Centro Democrático Socia-Partido Popular (CDS-PP):** José Lima Andrade dos Santos Correia. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- Margarida Alexandre Nascimento Afonso, que justificou a sua ausência e foi substituída por Maria da Luz Martins. -----

----- Valdemar António Fernandes Abreu Salgado, que justificou a sua ausência e foi substituído por Maria Manuela Maia. -----

----- Nuno Beirante Domingues, que justificou a sua ausência e foi substituído por João Moraes. -----

----- Às vinte e uma horas e quinze minutos, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- Referiu que a convocatória tinha sido enviada nos termos normais, com a ordem de trabalhos respetiva. -----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- **Freguês Nuno Lopes** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa noite. Sou Presidente da Direção do Estrelas de São João de Brito. A minha intervenção vem no sentido de agradecer o protocolo. -----

----- Eu gostaria, se me for permitido, de fazer uma breve exposição dos projetos que nós aqui apresentámos, de forma talvez a elucidar melhor todos os Membros e realçar a importância e o agradecimento pelo apoio que a Junta de Freguesia de Alvalade está a prestar neste momento à nossa associação. -----

----- O que vai estar aqui em jogo é um projeto que são dois em um. À partida nasceram dois projetos mas houve a ideia por parte da Junta de Freguesia de integrarmos os dois em um, que acho que faz todo o sentido. -----

----- Estamos a falar de um projeto olímpico, que tem grandes dimensões para esta Freguesia, e estamos a falar também de um projeto para os jardins de infância de Alvalade, estamos a falar no que diz respeito à natação. Faz todo o sentido integrar os dois. -----

----- Os atletas olímpicos vão estar a conviver com as crianças e nós conseguimos conjugar a harmonia destes dois projetos. Não posso dizer que um é mais importante que o outro, são os dois importantes. A nível competitivo, claro que não têm comparação.-----

----- Esta ideia nasceu no ano passado e começou por parte do clube nós darmos apoios sociais a alguns nadadores, ao invés do que se faz em alguns clubes, que se dá apenas dinheiro em troca de eles nadarem. Nós criámos objetivos e obrigações neste projeto.---

----- Os nadadores, ninguém recebe diretamente uma verba, são apoios em propinas, seguros de saúde, estágios em altitude, é nesse aspeto que nós estamos a apoiar o projeto olímpico. Em contrapartida estes nadadores olímpicos e pré-olímpicos têm obrigações sociais com a associação. Fazem um número de horas, dentro do quadro que eles encontram melhor, uns a darem aulas de natação, outros a nível informático. Nós combinamos com eles a melhor forma de retribuírem neste projeto.-----

----- Este projeto este ano, posso dizer com todo o prazer que atingimos todos os objetivos que nos propusemos, que foi a participação de um nadador nos campeonatos da Europa de inverno e um nadados nos campeonatos da Europa de longa. -----

----- Não conseguimos ser campeões nacionais por clubes, ficámos em segundo lugar. Penso que é um lugar bastante honroso, mas isso não faz parte do projeto olímpico. O nosso objetivo é, como diz a palavra, ter nadadores em 2016 nos jogos olímpicos. -----

----- Para o ano há os campeonatos do mundo, nós iremos apresentar à Junta de Freguesia todos os nossos objetivos, quem são os nadadores que irão ser apoiados. Isto é feito através de uma reflexão. -----

----- Hoje não pode estar aqui o treinador, que neste momento está numa reunião com a Federação. Os atletas já estão a descansar para o campeonato nacional, que já começou a decorrer esta tarde e amanhã vão já entrar em prova. Naturalmente que compreendem a ausência, eles também gostariam de estar aqui a dar a cara e a agradecer o vosso apoio, mas eu estou aqui a representá-los. -----

----- Neste momento ainda não chegou o nosso Vice-Presidente, responsável por este projeto. É o Ricardo Pedroso, que também está responsável por monitorizar todos os objetivos destes nadadores. -----

----- Basicamente era isto que queria que percebessem, que é um projeto pioneiro, pela forma como ele foi constituído. Nós pusemos o preto no branco, está tudo claro. -----

----- À semelhança do que havia na Federação, nós temos um projeto idêntico. Naturalmente que ele irá crescer mais no próximo ano, temos pretensões maiores, mas com o tempo iremos apresentar esses objetivos.-----

----- A seguir vêm os jardins de infância, que também foi um projeto muito engraçado e muito importante. Esperemos que saiam daqui muitos nadadores olímpicos. É a natação curricular nos jardins de infância da Freguesia de Alvalade, À semelhança do projeto curricular da Câmara Municipal de Lisboa, nós estamos a fazer este projeto, para depois se vir a integrar num projeto da Câmara. Há aqui uma semelhança, para podermos ter uma sintonia entre os dois projetos e acho que com as condições que estão descritas para as crianças e familiares, eu acho que temos condições ótimas, como poderão observar no protocolo. -----

----- Já fizemos o projeto piloto, correu muito bem e daí ele estar aqui a ser aprovado. É um projeto pioneiro em Portugal, que eu tenha conhecimento não existe na natação um projeto para a categoria de infantil. -----

----- Deixo à vossa consideração, eu vim aqui defender este projeto e agradecer o apoio da Junta de Freguesia de Alvalade.”-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- Ponto 1 – Apreciação, discussão e votação da proposta de encerramento e extinção do Jardim-de-infância da Junta de Freguesia do Campo Grande e de autorização para a celebração de Protocolo com a Associação de Jardins Escolas João de Deus, com vista à instalação de uma creche no edifício da Junta de Freguesia de Alvalade sito à Rua Ernesto Vasconcelos, nº 8 em Lisboa, nos termos da Proposta nº 47/2014;-----

----- O Senhor Presidente da Junta começou por salientar a ausência do Membro Valdemar Salgado, que por motivos de saúde não podia estar presente. Seria uma pessoa que gostaria de participar nesse processo, uma vez que era um profundo conhecedor da realidade que se vivia no jardim-de-infância da Junta de Freguesia do Campo Grande e que tiveram oportunidade de debater na última Assembleia de Freguesia. -----

----- Isso não passava da concretização daquilo que já tiveram oportunidade de discutir. A Junta de Freguesia do Campo Grande, em certo momento da sua história, pelo menos desde o momento da construção daquele edifício sito à Rua Ernesto Vasconcelos, em 1933, que desenvolvia atividades educativas naquele espaço. Sucedia que as regras de funcionamento desse tipo de equipamentos foram progredindo ao longo do tempo e já não correspondiam as circunstâncias em que aquele equipamento funcionava com as exigências das normas legais, até fruto da transposição de normas de direito comunitário. -----

----- A certo momento a Segurança Social deixara mesmo de cofinanciar aquela operação, tendo ela passado a estar integralmente suportada no Orçamento da Junta de Freguesia do Campo Grande, que com grande esforço sustinha aquela oferta. -----

----- Havia muito tempo que se reconhecia não poder continuar aquela situação e a Lei das Autarquias Locais, tanto a 169/99 como a 75/2013, não previa como uma das atribuições das Freguesias a gestão da integral operação de equipamentos de jardim de infância. Previa apenas a conservação, manutenção e reparação desses equipamentos. Em concreto em Lisboa, fruto da Lei 56/2012, também a gestão do seu quadro de pessoal auxiliar, mas a gestão direta do projeto pedagógico e de pessoal para além do pessoal auxiliar, designadamente pessoal docente, não era atribuição nem competência das Juntas de Freguesia. Muito dificilmente aquele equipamento poderia continuar a funcionar naquelas condições. -----

----- Todavia, todos reconheciam que havia uma carência importante de oferta na área da educação pré-escolar e com o encerramento daquele equipamento era seguramente uma perda para a Freguesia de Alvalade. Então tinha sido feito um trabalho muito profundo de estudar diversas alternativas, as quais passaram por estudar a possibilidade da expansão dos equipamentos da rede pública para absorver os utentes daquele jardim-de-infância, mas também a possibilidade de encontrar parceiros com vocação para a gestão desse tipo de equipamentos, designadamente IPSS que pudessem em parceria com a Junta de Freguesia de Alvalade assumir uma requalificação daquele equipamento. -----

----- Na verdade, conseguira-se a globalidade dessas soluções no seu conjunto. Identificara-se um parceiro com grande tradição no território da Freguesia de Alvalade, a Associação dos Jardins Escolas João de Deus, que estava na disposição de assumir a requalificação que aquele equipamento necessitava, a expansão que aquele equipamento permitia, reconvertendo numa creche. Permitiria remover a atividade de creche, expandindo a oferta educativa ao nível do jardim-de-infância. Com isso, no setor das IPSS com acordos de cooperação com a Segurança Social, havia um aumento global da oferta educativa no setor pré-escolar, quer no domínio de creches, onde havia uma grande pressão de necessidade de vagas na Freguesia, quer no domínio de jardim-de-infância, onde havia menos mas alguma pressão. -----

----- A par disso, a diminuição dos alunos no primeiro ciclo do ensino básico, designadamente na EB de 1º Ciclo de São João de Brito, permitira a libertação de uma sala que a Câmara Municipal estava em condições de equipar e a Junta de Freguesia estava em condições de assegurar uma auxiliar para o seu funcionamento, aguardando-se uma posição do Ministério da Educação através da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, no sentido de autorizar o seu funcionamento já no próximo ano letivo, contribuindo assim para uma enorme expansão da oferta educativa na área do jardim-de-infância. -----

----- Por outro lado, a reorganização administrativa da Cidade de Lisboa tinha permitido à Junta de Freguesia do Campo Grande resolver do ponto de vista estrutural o problema que estava presente, que era a circunstância da extinção dos postos de trabalho das pessoas que lá trabalhavam. Sucedia que no contexto da reorganização administrativa as Freguesias da cidade tinham um mapa de pessoal de auxiliares de jardim-de-infância e isso permitia a preservação dos postos de trabalho das funcionárias auxiliares do jardim-de-infância do campo Grande. -----

----- Relativamente à situação da educadora de infância, cujo contrato de trabalho a termo certo já tinha ultrapassado o limite das suas renovações, não havia uma obrigação jurídica, porque isso seria impossível, da Associação dos Jardins Escolas João de Deus de a acolher, mas havia um interesse e um compromisso de integrar essa funcionária, que prestara de forma que se considerava brilhante um serviço extraordinário à comunidade que frequentara aquele jardim-de-infância, conseguindo sustentar um projeto educativo de grande mérito enquanto esse equipamento podia funcionar. -----

----- Por último colocava-se a questão de saber qual era o futuro das crianças que no presente ano letivo frequentavam ainda esse equipamento. Tinha-se conseguido um entendimento com os três agrupamentos de escolas que tinham jardins de infância no território, Alvalade, Rainha Dona Leonor e Virgílio Ferreira, e no momento a Junta de Freguesia, numa base diária, ia monitorizando as inscrições das crianças na rede pública de ensino. Estavam apenas por colocar sete crianças das mais novas e maior parte delas gozava da expectativa de ficar integrada na rede pública, mas havia também a disponibilidade da Associação dos Jardins Escolas João de Deus para acolher as crianças que não fossem acolhidas pela rede pública já no início do próximo ano letivo.

----- Era o mais firme objetivo, que todas as crianças que frequentavam esse equipamento de ensino encontrassem colocação sem interrupção no ano imediatamente subsequente. Era um objetivo que previsivelmente seria integralmente cumprido ainda antes de arrancar o próximo ano letivo. Estava-se a monitorizar numa base diária, em articulação com os três agrupamentos. -----

----- Todavia, mesmo que a opção tivesse sido fazer a requalificação necessária do jardim-de-infância, sempre seria colocado esse problema, porque para o tipo de obras que aquele edifício carecia sempre se teria, por um período razoavelmente prolongado, que interromper a atividade que era desenvolvida nesse equipamento. Portanto, sempre haveria que ter encontrado soluções, nesse caso transitórias e no caso presente definitivas, para as crianças. No fundo também eram transitórias, porque as crianças não iam ficar eternamente no pré-escolar, teriam o seu percurso educativo e sempre teria sido necessário encontrar um acolhimento para as crianças que estavam a frequentar o jardim-de-infância. -----

----- Considerava que tinha sido encontrada uma solução absolutamente excecional para esse problema, porque o parceiro investiria integralmente na requalificação que era necessária, a Junta de Freguesia não despenderia um cêntimo do seu Orçamento nessas obras e como contrapartida a Junta cedia por um período longo mas com cláusulas que permitiam o resgate do edifício a todo o tempo, desde que indemnizando pelas

beneficórias realizadas pela IPSS no edifício. Conseguia-se assegurar a continuidade no percurso pré-escolar das crianças que estavam a frequentar, conseguia-se assegurar postos de trabalho para todas as funcionárias que estavam a exercer a sua atividade profissional naquele equipamento e iria conseguir-se que a solução não fosse o encerramento puro e simples, o que tinha estado no horizonte daquele equipamento durante longos anos. -----

----- Criava-se uma janela de oportunidade para com tudo isso, ainda assim, alargar-se a oferta educativa, tanto no contexto do pré-escolar de nível creche, como de nível jardim-de-infância, aumentando as vagas desde os zero até aos cinco anos, o que era uma coisa que os deixava muito satisfeitos terem conseguido. Não tinha sido fácil e era a disponibilidade desse parceiro, a quem deixava um agradecimento público, que permitira essa solução de grande fôlego para um problema muito complexo, muito antigo e que conseguia assim ter uma solução estruturada. -----

----- **Membro João Morais (BE)** disse que queria fazer uma pergunta em relação à privatização do edifício, à entrega do edifício a uma entidade privada. -----

----- Desde logo o BE considerava que era excessivo, dado o prazo da cedência e o facto de ser uma medida inserida na fúria privatizadora a que se vinha assistindo e que não dava grande resultado. -----

----- A pergunta que tinha era se a escolha dessa entidade tivera a preocupação do Executivo em procurar, dentro das entidades existentes, alguma alternativa mais vantajosa às condições que eram oferecidas. -----

----- **Membro Aquino de Noronha (PCP)** disse quando o processo se tinha iniciado havia muitos receios e, felizmente, tudo indicava que o epílogo satisfazia de certo modo e respondia às preocupações. -----

----- A primeira preocupação era se os alunos tinham colocação e isso estava salvaguardado. -----

----- A segunda preocupação era a manutenção dos postos de trabalho das pessoas que trabalhavam no jardim-de-infância, o que também ficava salvaguardado. -----

----- Em terceiro lugar, acabara por se resolver uma situação que era considerada ilegal e, portanto, o epílogo era feliz. -----

----- Não considerava que tivesse sido uma privatização. Era entregue a gestão a uma IPSS, que tinha outro ordenamento jurídico. -----

----- O PCP congratulava-se e votaria a favor. -----

----- **Membro Mariana Teixeira (PSD)** disse que tinha algumas dúvidas que gostava de colocar. -----

----- Obviamente que a principal preocupação se prendia com o que iria acontecer às crianças, que estava assegurado. A questão dos funcionários, pelo menos do ponto de vista dos auxiliares estava salvaguardada. A educadora de infância, pelo que percebera, existia uma intenção, se bem que não formal, de acolher essa técnica quando a instituição estivesse a operar no edifício. -----

----- De facto existia ali uma questão jurídica que tinha de ser resolvida a breve termo. --

----- Tinha algumas reservas em relação à duração do protocolo. Reconhecia que tinha de haver uma contrapartida no investimento feito por parte da instituição, mas tendo em conta aquilo que tinha sido a tendência demográfica já haveria eventualmente uma oferta que ia de encontro à procura. No presente ano tinham um decréscimo abrupto da entrada de crianças no ensino e era uma tendência que se vinha a agravar. -----

----- Havia uma preocupação particular relativamente ao ponto de atendimento, porque a futura escola, pelo que percebera, o edifício seria na totalidade cedido à instituição. O edifício era utilizado como um ponto de atendimento da antiga Freguesia do Campo Grande e gostava de saber de que forma essa questão seria salvaguardada. -----

----- Gostava também de ver introduzido, ficava mais seguro, que as crianças da Freguesia, com os pais moradores, seriam prioridade em relação a todas as outras que eram inscritas. Sabia-se que era uma IPSS, mas existiam ratios que tinham de ser salvaguardados e só ficavam satisfeitos com o aumento da oferta se desse resposta às pessoas da Freguesia. Ficava francamente mais confortável se no protocolo fosse introduzido um ponto que contemplasse uma vantagem por parte das pessoas da Freguesia.-----

----- **Membro Joana Medeiro (PS)** disse que apesar do esclarecimento claro do Senhor Presidente, a bancada do PS queria assinalar o esforço realizado pelo Executivo com vista a celebrar esse protocolo, que tinha como objetivos principais resolver eficazmente a situação de irregularidade em que se encontrava o jardim-de-infância do Campo Grande e, por outro lado, assegurar a capacidade da Freguesia numa necessidade cada vez mais crescente ao nível de creche, assim como a manutenção dos postos de trabalho dos funcionários.-----

----- Gostava de salientar também que a colocação das crianças do jardim-de-infância do Campo Grande encontrava-se quase integralmente nas escolas da rede pública.-----

----- **Membro Manuela Santos (PSD)** disse que queria apenas pedir um esclarecimento ao Senhor Presidente relativamente àquilo que falara sobre o articulado do protocolo em relação à forma de cedência ao Jardim Escola João de Deus, instituição que gostava particularmente. Era uma ex-aluna e, portanto, era uma instituição que gostava imenso.-

----- Não sabia se isso tinha mudado, mas havia um balanço entre crianças que entravam a pagar relativamente pouco ou nada e outras que pagavam realmente o serviço prestado, o que balanceava os custos da instituição. Gostava de saber se isso se mantinha e se estava coberto no protocolo.-----

----- Relativamente à prioridade de inscrição, o Jardim Escola tinha listas de espera medonhas. Tinha inscrito o seu filho logo que nascera e sabia como era a questão das listas de espera. Se era para resolver um problema da Freguesia, parecia óbvio que teria de haver critérios preferenciais relativamente aos inscritos da Freguesia.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que começava por responder às questões colocadas pela Membro Mariana Teixeira, visto serem as que estavam em maior número e que permitiam discutir mais dimensões a propósito do problema.-----

----- Quanto à integração da educadora de infância, era preciso clarificar que o contrato efetivamente tinha cessado e não tinha mais renovações possíveis à luz do ordenamento jurídico português. Portanto, esse problema sempre existiria, houvesse ou não uma transformação no contexto do jardim-de-infância.-----

----- A Junta de Freguesia não podia vincular-se juridicamente ou negociar com qualquer parte a situação laboral de quem quer que fosse, que fosse um particular, isso seria inaceitável. Sinalizara-se o problema e a João de Deus, de sua iniciativa, tinha adiantado a solução para a integrar e não só quando o equipamento comesse a funcionar, porque seria uma creche e a educadora tinha qualificações para a área de jardim-de-infância. A partir de setembro seria integrada noutro equipamento da João de Deus, o que lhe parecia um desafio interessante até do ponto de vista da realização profissional da pessoa em causa. Isso enchia de satisfação, porque tinham uma avaliação muito positiva do trabalho que prestava.-----

----- Quanto à duração, o que se procurava no articulado era compatibilizar uma duração que desse uma estabilidade ao equipamento, não tanto por causa do investimento do parceiro mas porque lhe parecia que equipamentos dessa ordem tinham que ter alguma estabilidade, mas ao mesmo tempo criar todas as cláusulas possíveis para que a Junta de Freguesia, querendo, resgatasse o edifício. Se ainda não tivesse realizado o retorno,

havia uma fórmula que identificava o valor da indemnização que a Junta de Freguesia tinha que retribuir ao parceiro, mas podia resgatá-lo a todo o tempo. -----

----- Ainda não havia projeto de execução e, portanto, não tinha os valores precisos, mas admitia que seriam sempre valores aceitáveis para a todo o tempo a Junta poder resgatar esse equipamento, se quisesse, porque a tendência seria para que se consolidasse a situação e que continuasse a vigorar até por mais do que o período previsto no protocolo. Era muito natural que isso assim acontecesse. -----

----- Quanto à tendência demográfica, a preocupação quanto à questão da creche e jardim-de-infância, quanto ao setor pré-escolar, não vinha de uma convicção, mas da análise comparativa dos Censos 2011 com os Censos 2001 no território agregado das três extintas Juntas de Campo Grande, Alvalade e São João de Brito. O que sucedia, muito curiosamente, era que o ritmo de diminuição da população acima dos 65 anos era assustador, muito superior à média da cidade. Entre 2001 e 2011 a Freguesia tinha perdido dois mil cidadãos, alguns por morte e outros por terem ido habitar outras partes do território, mas curiosamente a única faixa etária em que havia aumento de população era dos zero aos catorze. -----

----- O que estava a acontecer no conjunto da cidade também estava a acontecer ali, tendência que intuitivamente parecia ter-se confirmado de 2011 até 2014. Os fogos habitacionais que eram ocupados por cidadãos acima dos 65 anos, normalmente sozinhos, estavam a ser ocupados por famílias com crianças pequenas e, portanto, era uma necessidade real que se identificava de infraestruturar a Freguesia para poder aumentar essa tendência de rejuvenescimento e de renovação populacional. -----

----- A questão dos postos de atendimento era importantíssima. Efetivamente, deixaria de haver atendimento naquele espaço, porque ele seria dedicado a essa oferta de creche. No momento já estava em obra um posto de atendimento na Azinhaga dos Barros, na fronteira com a Freguesia de São Domingos de Benfica, num bairro conhecido como o Bairro Fonseca e Calçada. Aí haveria um posto de atendimento numa instalação das cooperativas Unidade do Povo e 25 de Abril, que em princípio estaria em condições de ser inaugurada em setembro. -----

----- Na zona habitacional do Campo Grande haveria uma reestruturação de um edifício que estava atribuído ao Clube Recreativo Os Coruchéus e à Academia Sénior do Campo Grande. Já havia algum atendimento nesse espaço duas vezes por semana. Seria feito um pequeno espaço reservado para a Junta ter atendimento ao público na zona habitacional e também desse ponto de vista, quer em virtude da distância do Bairro Fonseca e Calçada representava em relação à Rua Ernesto Vasconcelos, quer em relação à proximidade do maior aglomerado populacional da Freguesia do Campo Grande, haveria uma menor distância para poder aceder ao atendimento e às informações e a todos os procedimentos administrativos a partir dessas novas instalações de atendimento ao público, que estariam ligadas à sede através do sistema de gestão documental que se debatera em anterior Assembleia de Freguesia. -----

----- Quanto à preferência pelas crianças da Freguesia, fora uma discussão longa e complexa. A primeira intuição era de que devia ser quase exclusivamente para crianças da Freguesia e que devia haver uma preferência evidente para crianças da Freguesia, estava completamente de acordo com isso. Sucedia que nesse equipamento apenas metade das crianças que o frequentavam eram da Freguesia, a outra metade era proveniente dos mais diversos lugares e normalmente filhos de pessoas que trabalhavam ali à volta, a maior parte investigadores ou docentes da Universidade de Lisboa e da Universidade Lusófona, mas também realidades de outra ordem. -----

----- A ideia de exclusividade podia votar ao fracasso esse equipamento. Se não houvesse preenchimento integral de vagas por crianças da Freguesia, podia dar-se o

caso do equipamento ficar subocupado. Tentara-se um texto um pouco mais abrangente, mas que sinalizava a preocupação principal de que a Associação dos Jardins Escolas João de Deus tivesse como horizonte a necessidade de servir as crianças da Freguesia, o que nos termos do próprio protocolo a Junta monitorizaria o cumprimento dessa obrigação, de haver uma orientação para o serviço das necessidades da Freguesia. -----

----- Essas necessidades iam ser servidas em várias vertentes, não apenas por esse parceiro, mas também se tivessem a felicidade de abrir mais a sala de jardim-de-infância da Escola Básica de São João de Brito. -----

----- Do ponto de vista dos equilíbrios, a João de Deus tinha que ter acordos de cooperação com a Segurança Social, que fixavam logo a obrigatoriedade de aceitar crianças no âmbito desses programas, que depois pagariam as suas mensalidades em função dos rendimentos do agregado familiar. Era muito natural que o parceiro também tivesse necessidade de manter o seu equilíbrio interno, do ponto de vista da sustentabilidade do equipamento, como nos equipamentos de todas as IPSS. Isso funcionava dessa maneira. -----

----- Mesmo aqueles que tinham acordos de cooperação com a Segurança Social, mesmo aqueles filhos provenientes da classe média, por exemplo, que tinham acordos de cooperação com a Segurança Social, iriam pagar mais do que pagavam no outro jardim-de-infância, porque com a avaliação dos rendimentos que a Segurança Social fazia as pessoas eram distribuídas pelos escalões de rendimento que estavam previstos do ponto de vista da política nacional de cobertura desses equipamentos, que era razoavelmente pacífica entre todos. Sucedia que a propina cobrada no Campo Grande para alguns era excessivamente alta e podiam, se estivessem com o acordo de gestão da Segurança Social, pagar muito menos, mas para outros estava excessivamente baixa na sua homogeneização. Havia escalões, mas mesmo assim as pessoas ficavam normalmente beneficiadas em função de terem custos porventura excessivamente baixos. Esse não era um aspeto decisivo da questão, porque os preços a praticar seriam os preços que os acordos de cooperação com a Segurança Social assim exigissem. Para quem era carenciado seriam sempre mais vantajosos. -----

----- Tinha sido um processo muito debatido entre as duas forças políticas que estavam coligadas no governo da Freguesia, num esforço coletivo muito importante para consagrar essa solução e, portanto, só queria deixar um cumprimento para todos os que fizeram um esforço no sentido de viabilizar aquilo que estavam a debater. -----

----- Deixava para o fim a intervenção do BE, porque não havia nenhuma privatização de nenhum edifício, não havia nenhuma transferência de propriedade de nenhum edifício e não havia nenhuma demissão da Junta de Freguesia de Alvalade no acompanhamento, monitorização e envolvimento na continuidade do projeto educativo desse equipamento. Isso era o que resultava de uma leitura que não estivesse presa a uma ideia que tudo exprimia fúrias privatizadoras. Numa leitura atenta percebia-se que havia um envolvimento e uma parceria, não havia sequer uma entrega a uma IPSS, havia uma parceria de cogestão do equipamento, em que cada um cumpria aquilo que a sua vocação permitia. -----

----- Acima de tudo, não era uma organização privada diferente das cinco organizações privadas que ali estavam a debater, porque o PCP era uma organização privada, assim como o BE, o PS, o PSD e o CDS-PP, assim como as IPSS eram organizações privadas, como as associações sem fins lucrativos eram organizações privadas. A natureza privada de uma ou outra organização não desqualificava o projeto. -----

----- Talvez estivesse de acordo com o BE se a Lei das Autarquias Locais dissesse que era competência das Juntas de Freguesia gerirem a operação de jardins-de-infância, mas

a Lei não dizia isso e enquanto o legislador não fizesse escolha diferente não lhes competia lutar por competências que não tinham. -----

----- Havia uma coisa no ordenamento jurídico português que se chamava Princípio da Especialidade e que obrigava apenas a desenvolver aquelas atividades que o legislador cometera que desenvolvessem. Portanto, verdadeiramente não tinham outra alternativa, ou melhor, a que tinham era encerrar. A alternativa de persistir na gestão não era uma verdadeira alternativa, porque não era legal e manter jardins-de-infância ilegais comportava responsabilidades para todos aqueles que se comprometiam com deliberações que estivessem envolvidas na sua gestão, aqueles que com funções executivas geriam aquele equipamento e aqueles que com funções deliberativas aprovavam, por exemplo, as disponibilidades orçamentais que eram alocadas à gestão desse equipamento, sabendo que ele funcionava nessas condições. Essa era uma responsabilidade porventura excessiva para qualquer um dos autarcas presentes na sala, que se mantivesse. -----

----- Não se tinha feito um concurso à procura de um parceiro privado. Era evidente que se tinha consultado diversos parceiros e esse apresentava condições que pareciam absolutamente excecionais, não apenas do ponto de vista do investimento financeiro que iam realizar, mas do ponto de vista daquilo que era o prestígio e que outros Membros já tinham reconhecido, na operação que realizavam havia um século ou mais nessa área e com muitos equipamentos que eram sediados no território da Freguesia desde que o bairro existia, designadamente esse do outro lado da rua, em parceria de longos anos com a extinta Freguesia de São João de Brito, muitíssimo profícua e que era de manter. -

----- Estavam em face de uma parceria estratégica entre uma IPSS e uma autarquia local, que permitiria a expansão da oferta e a melhoria da qualidade da oferta educativa no setor pré-escolar numa Freguesia em que a tendência demográfica dizia que isso seria um tema a muito curto prazo. -----

----- A alternativa que estava no horizonte era o encerramento desse equipamento e não era isso que estava a ser proposto na Assembleia de Freguesia, tendo pendido o risco disso poder suceder. Portanto, terminava como tinha começado, enchia de satisfação a solução encontrada para viabilizar esse equipamento. -----

----- **Membro João Morais (BE)** disse que se tratava da subtração de um edifício público que estava ao serviço da população e que deixaria de estar durante trinta anos. Os fregueses de Alvalade iriam perder a possibilidade de terem um serviço ao seu dispor, num edifício público que estava ao seu dispor e que passaria a estar ao dispor de uma entidade privada. -----

----- Se a proposta fosse aprovada, quem ia beneficiar não eram os fregueses de Alvalade, mas sim a Associação de Jardins Escolas João de Deus, mais concretamente o Senhor Doutor António Ponces de Carvalho. -----

----- **Membro Manuela Santos (PSD)** pediu que o Senhor Presidente esclarecesse, numa resposta sucinta de sim ou não, se os fregueses de Alvalade tinham assegurado que os seus descendentes teriam a possibilidade de frequentar o futuro infantário agregado à Associação João de Deus. -----

----- **Membro Mariana Teixeira (PSD)** disse que, acerca do valor do resgate, havia uma cláusula que falava em 1/29 por cada ano de utilização por parte da instituição, mas de facto essas benfeitorias não eram passíveis de saber o valor ainda. A sua questão era se não existia um teto máximo por parte da Junta de Freguesia, porque da mesma maneira que o Senhor Presidente dizia com toda a certeza que era possível sempre resgatar o edifício a favor da Junta de Freguesia, de facto o protocolo permitia, no entanto tinha que ser algo que pudesse ser comportável por parte da Junta de Freguesia.

----- Tendo em conta que não era possível ter um valor, era uma coisa que ficava um pouco no ar. Não sabia se estavam a falar de obras de um milhão ou três milhões e 1/29 de qualquer desses cenários era manifestamente diferente. -----

----- O Senhor Presidente, relativamente à questão da prioridade dos fregueses, falava de haver uma monitorização por parte da Junta de Freguesia na execução do protocolo, mas não tinha encontrado a cláusula do protocolo que falava nisso. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que era a cláusula três.-----

----- **Membro Mariana Teixeira (PSD)** disse que “melhores esforços” não era propriamente a mesma coisa. -----

----- **Membro Diogo Carvalheda (PS)** disse que queria colocar uma questão ao Senhor Presidente. Uma vez que já se tinha falado no aspeto financeiro, que devia ser sempre levantado e analisado, gostaria de saber se com o encerramento do infantário da antiga Junta de Freguesia do Campo Grande, qual seria o impacto nas contas da Junta e nomeadamente qual o custo que a Junta deixaria de ter com aquele infantário, qual seria o benefício financeiro com o encerramento desse infantário.-----

----- **Membro Francisco Bento (PSD)** disse que pela intervenção anterior lhe tinha surgido uma questão que no seu entender era pertinente e também porque desconhecia o passado, uma vez que não fazia parte do Executivo nem da Assembleia da extinta Freguesia do Campo Grande. Perguntou quantas crianças estavam na creche da Junta de Freguesia do Campo Grande, quantas iriam assegurar na transição para a Escola João de Deus e qual era o valor.-----

----- Por aquilo que tinha visto de orçamentos anteriores, mas podia estar errado, andaria à volta de 50 a 60 mil euros por ano. Como agora não iam gastar nada, iria verificar se com as crianças que iam aceder ao espaço se justificava ou não fazer o protocolo.-----

----- A pergunta concreta era quantas crianças iriam assegurar plenamente que a Escola São João de Deus iria obrigatoriamente deixar frequentar, sendo elas da Freguesia. O mecanismo preferencial não era objetivo, era preferencial.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que havia uma pessoa amiga, até de um partido político diferente do seu, que dizia que era mais difícil ensinar um conceito do que destruir um preconceito e, portanto, não estava certo que fosse possível convencer o BE de coisa diferente, atentos os termos em que verbalizava o entendimento que tinha da organização parceira e das pessoas que a dirigiam.-----

----- Dizer que o equipamento estava ao serviço da população e que deixaria de estar, era uma ideia que para si era muito difícil compreender. O edifício estava atualmente ao serviço da população e estaria no futuro ao serviço da população, porque o Doutor António Ponces de Carvalho não ia frequentar esse edifício, seriam crianças a frequentar esse edifício e que iriam usufruir do serviço lá instalado. Essas crianças eram população.-----

----- Do ponto de vista do atendimento ao público, iam fechar um posto de atendimento que era distante em relação a qualquer fogo habitacional da Freguesia e abrir dois postos de atendimento nas zonas onde havia concentração populacional na Freguesia, incluindo zonas razoavelmente remotas e que pela primeira vez teriam serviços de proximidade à sua disposição. -----

----- Era tão clarividente o que estava em causa que não tinha outra maneira de esclarecer a natureza da deliberação que tinham que tomar, mas também não tinha a pretensão, nem a veleidade, nem o capricho, de querer mudar a posição do BE. O que estava eram factos e o resto era das suas próprias representações e nem sequer se atrevia a discutir isso, não lhe competia.-----

----- Disse que havia uma cláusula que manifestava uma orientação tendencial preferencial. Nas negociações havia sempre avanços e recuos e posições radicais nas negociações podiam muitas vezes perigá-las ou mesmo inviabilizá-las, sendo as

consequências muito mais graves do que aquilo que era a situação ideal que porventura prefeririam, mas também podiam olhar para verificar se essa condição ideal seria desejável e os números nisso eram muito relevantes. Tinham a frequentar o equipamento 24 crianças, das quais 12 eram filhos ou netos de residentes, que tinham moradas da Freguesia. Portanto, só 50% dos utentes cumpriam essa regra que apontaram como desejável. -----

----- Por outro lado, nem na rede pública existia essa regra, porque o único critério era a idade. Mesmo nos três jardins-de-infância existentes na Freguesia, isso não era um critério. Porventura seria excessivo querer ter nesse equipamento um critério que era considerado irrelevante na gestão da rede pública. Era evidente que queriam deixar claro que o interesse primário seria servir a população da Freguesia e encontrara-se uma fórmula suficientemente abrangente, que não criava ratios obrigatórios porque isso podia inviabilizar a negociação, que não excluía mas orientava e permitia uma monitorização, em que se houvesse desrespeito por aquilo que era o interesse preferencial prosseguido pela Freguesia, a Freguesia podia, mesmo sem indemnização, resgatar o edifício. -----

----- Queria já ter trazido o valor concreto das benfeitorias, mas ele só seria possível com o projeto de execução e era preciso concluir o processo de maneira a conseguir dar os passos necessários ao desenvolvimento dessa situação, para não criar longos períodos sem o funcionamento desse equipamento. -----

----- As avaliações que tinham no momento eram ainda preliminares e podiam sofrer alterações, mas eram muito abaixo dos valores apontados. Eram próximos do que esse jardim-de-infância custava por ano, o valor poupado de um ano admitiria o resgate integral no ano imediatamente subsequente, ou no próprio momento em que as benfeitorias estavam realizadas e, portanto, tinham tomado em consideração fazer. -----

----- O problema não era de dinheiro, nunca tinha sido. Era um problema da Lei das Autarquias Locais não admitir ter aqueles equipamentos daquela maneira. Em direito chamava-se um “ato ultra vires”. Não queriam estar numa situação dessa natureza. -----

----- O que custava por ano eram cerca de 100 mil euros e do ponto de vista da receita arrecadavam 50 mil euros por ano. Essa operação representava um défice anual de 50 mil euros, o que era muito expressivo no contexto do Orçamento da Freguesia, mas não era essa a preocupação central. Era evidente que havia ganhos de poupança que admitiriam folgar o Orçamento noutros setores, mas a preocupação central era a questão de saber se era possível as Juntas de Freguesia operarem diretamente equipamentos dessa natureza. A sua resposta era negativa a essa pergunta, não podia. -----

----- Tinha-se procurado parceiros e modelos, encontrara-se uma solução que harmonizava os interesses de todos os envolvidos nessa solução, que era uma solução boa. Aliás, noutros protocolos celebrados no passado, de cedências de espaços ou instalações, não eram diferentes as vinculações ao serviço da Freguesia. Nenhum parceiro aceitava uma firmeza desse género num protocolo desse tipo. Tinham a presença do Estrelas, a quem fora cedida uma piscina e havia de facto uma proclamação de serviço à população, que efetivamente faziam, mas não havia uma vinculação de que 75% dos nadadores tivessem morada. Logicamente que nenhum parceiro se vinculava a um grilhão desse género. -----

----- Havia uma cláusula preferencial, a população de Alvalade poderia encontrar vagas nesse equipamento para a servir, haveria uma monitorização disso mesmo e havia mecanismos no contrato para que se houvesse uma tendência de desrespeito pelas inscrições de Alvalade a Junta poder resgatar o edifício sem haver lugar ao pagamento de uma indemnização, porque ele era de sua titularidade. Analisando as diferentes cláusulas do contrato parecia claro, mas isso era uma leitura sistemática. Acima de tudo

não havia uma privatização, a propriedade residia na Junta e havia um envolvimento muito firme no acompanhamento do funcionamento diário. Não havia uma entrega da gestão, havia uma partilha, uma parceria da gestão em que cada um protagonizava a sua vocação.-----

----- **Membro Mariana Teixeira (PSD)** solicitou que ficasse claro que o PSD nunca exigira e existência de *numerus clausus* para os fregueses. O que o PSD dizia desde o início era que pretendia para os fregueses de Alvalade uma prioridade. Prova disso era a antiga constituição dos alunos do quase extinto jardim-de-infância do Campo Grande, que era metade por metade. O que não queriam com certeza era que crianças da Freguesia tivessem que ir à procura de soluções fora da Freguesia porque não tiveram lugar.-----

----- Nessas faixas etárias, estavam a falar dos quatro meses até aos cinco anos, o Senhor Presidente podia até ter optado por um caminho diferente. Os valores que estavam a falar de benfeitorias, 50 ou 60 mil euros para equipar o espaço e poder prestar esse serviço de uma forma condigna e cumprindo os padrões exigidos pela Segurança Social, isso a dividir por 29 anos dava um valor irrisório.-----

----- A instituição tinha muito a ganhar com esse negócio e eventualmente o Senhor Presidente até poderia ter utilizado essa posição de vantagem, de estar na disponibilidade de ceder aquele espaço, para essa condição preferencial das crianças da Freguesia se encaixar não só na creche mas também no jardim-de-infância, porque de facto existia uma procura desse tipo de instituições com essa vocação, que não só por pessoas da Freguesia e que aí vivessem mas também por pessoas de fora.-----

----- Obviamente que a condução política era do Senhor Presidente e estava no seu plano fazer como entendia, mas poderia ter sido feito de outra maneira.-----

----- **Membro João Morais (BE)** perguntou, das entidades que o Senhor Presidente dizia terem sido contactadas, se era possível saber o nome de alguma dessas entidades e se as condições que elas ofereceram para essa parceria público-privada, um conceito mais de acordo com o Senhor Presidente, se as vantagens eram inferiores às apresentadas pela instituição de que estavam a falar.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que, como imaginariam, não tinha de memória as organizações que foram contactadas, mas tinha todo o gosto em depois fazer chegar essa informação e rememorar as condições. Não era um procedimento que tivesse começado na véspera, já estavam a debater isso praticamente desde o início do mandato.-----

----- De facto em democracia havia sempre alternativas e na escolha pública havia sempre alternativas diversas. Havia a alternativa de fechar, que se afigurava mais evidente no início do mandato, havia a alternativa de deixar as coisas como estavam e que vigorara nos últimos doze anos, havia a alternativa de ter feito as coisas mais criativas em relação à situação que tinham em presença. No entanto, essa era a alternativa que parecera colocar a possibilidade de manter o equipamento e fazer aquilo que para si era evidente, que era assegurar o aumento de uma forma muito significativa, um aumento que nunca acontecera no mesmo ano, tanto na rede pública como através de IPSS, no território da Freguesia. Isso parecia o dado decisivo da questão.-----

----- O aumento de vagas existiria e seria colocada à opção de quem os procurava, exatamente com as mesmas qualidades e defeitos que a rede pública colocava, porventura até com menos defeitos porque havia uma margem para monitorizar a inscrição de pessoas da Freguesia.-----

----- As negociações podiam ir sempre num ou outro caminho, mas vissem as vertentes do que estava em causa. Conseguira-se resolver com a parceria dessa organização as situações daquelas crianças que estavam a frequentar e que não tivessem acolhimento na

rede pública, podia-se acautelar as situações laborais das pessoas que lá estavam a trabalhar.-----

----- Havia um ano em que esse jardim-de-infância tinha quatro crianças a frequentar e nesse ano, se tivesse havido uma opção firme, tinha havido o risco de quatro postos de trabalho. Talvez não, porque as pessoas poderiam porventura ter sido requalificadas e desempenhar funções de outra ordem e os 150 mil euros que havia ajudariam a pagar essas remunerações certas e permanentes.-----

----- O que a Junta de Freguesia poupava nos 29 anos da parceria era 1.421.568,63 euros e isso não era pouca coisa. Não era só uma entidade que estava a ganhar o que quer que fosse, a Junta de Freguesia de Alvalade estava a ganhar muita coisa. Ganhava a manutenção e expansão de um equipamento que mantinha a sua identidade, a sua memória histórica, as suas valências, a designação da Freguesia de Alvalade, que conseguiria dar vagas às necessidades dos cidadãos da Freguesia mas também a outros.-

----- Tinha havido patamares em que essa discussão se fazia ao contrário e isso tinha transpirado para a Assembleia de Freguesia, quando se dizia que o equipamento não estava a servir maioritariamente os interesses das pessoas da Freguesia de Alvalade havia quem dissesse que o Orçamento da Freguesia de Alvalade não estava só ao serviço das pessoas que ali viviam, tinha que se pensar naqueles que ali trabalhavam ou frequentavam por outras razões.-----

----- As diferentes perspetivas com que se olhava para o problema iam migrando em função da evolução da situação e da conveniência do argumento que se esgrimia para tentar ver fragilidades.-----

----- Todas as opções tinham riscos e lados menos bons, mas a opção que se apresentava era seguramente superior, a preservar sem qualquer rebuço um equipamento frequentado por crianças até aos cinco anos numa situação de completa ilegalidade durante mais de uma década. Os riscos da proposta que o Executivo prepara em nove meses eram muito inferiores àquilo com que alguns Executivos conseguiram contemporizar nos últimos anos.-----

----- Era a ótica do copo que tinha à sua frente, havia quem dissesse que ele estava meio cheio e havia quem dissesse que ele estava meio vazio.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **proposta de encerramento e extinção do Jardim-de-infância da Junta de Freguesia do Campo Grande e de autorização para a celebração de Protocolo com a Associação de Jardins Escolas João de Deus, com vista à instalação de uma creche no edifício da Junta de Freguesia de Alvalade sito à Rua Ernesto Vasconcelos, nº 8 em Lisboa, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por maioria, com 13 votos a favor, 1 voto contra e 5 abstenções.**-----

----- **Ponto 2 – Apreciação, discussão e votação da autorização de celebração de protocolo com a Associação Musical Lisboa Cantat, nos termos da Proposta nº 42/2014;**-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que já não tinha presente se teria havido referências à possibilidade da celebração desse protocolo, que se vinha avistando desde pelo menos dois ou três meses antes, em que vinham conversando com essa organização no sentido de poder encontrar uma parceria.-----

----- Não sabia se todos conheciam essa organização, era uma associação de grande dimensão, com grande capacidade de produção cultural, com um nível muito elevado do ponto de vista musical e do ponto de vista educativo. Alguns dos presentes tiveram oportunidade de assistir a espetáculos no auditório onde se encontravam e na Igreja de Santa Joana Princesa, em coprodução com a Junta de Freguesia.-----

----- Esperava que tivessem oportunidade, na de comemoração do aniversário da Freguesia de Alvalade em setembro próximo, de voltarem a estar numa iniciativa, essa de maior dimensão, produzida do ponto de vista musical pela Associação Musical Lisboa Cantat.-----

----- Essa associação tinha vontade de ter um espaço de qualidade superior em relação àquele que vinha ocupando em Marvila, talvez um pouco mais de dez anos. Já tinham estado em São Domingos de Benfica e no Largo do Rato, na antiga Freguesia de São Mamede, depois estiveram em Marvila num pavilhão anexo ao Clube Oriental de Lisboa, com algumas questões de insalubridade, que provocaram até problemas de saúde a alguns dos cantores. Portanto, essa era uma preocupação da organização.-----

----- No contexto da reorganização administrativa da Cidade de Lisboa, a Junta de Freguesia de Alvalade tinha ficado com espaços do tipo auditório em duplicado, uma vez que existia o espaço que estavam a usar e que era maior, que estava melhor equipado e mais próximo de outras infraestruturas que o serviam, mas também havia o auditório do edifício da Teixeira de Pascoais, cuja taxa de ocupação era radicalmente baixa e, portanto, sentia-se que era necessário aproveitar aquela valência no sentido de lhe dar uma utilização que pudesse dignificar o próprio espaço e também contribuir com contrapartidas para a comunidade.-----

----- Tinha-se abordado a Associação Musical Lisboa Cantat no sentido de lhes propor que dinamizassem esse espaço, que transferissem para lá a sua sede social, que fizessem os seus ensaios nesse espaço, que porventura lançassem projetos de outra ordem ali sediados e que assegurassem também as despesas com os consumos essenciais associados ao espaço que iam ocupar e que retribuíssem à Freguesia com aquilo que era a sua atividade primordial, que era a música.-----

----- Chegara-se a uma plataforma de entendimento e o protocolo já era mais completo. Tinha como contrapartidas para a Freguesia de Alvalade um grande concerto, de preferência coral sinfónico. O programa era definido em articulação, ouvida a Junta de Freguesia de Alvalade, pela direção artística. Eram dois concertos do coro sinfónico por ano e um evento musical de rua ou num equipamento sob gestão da primeira outorgante. Era uma espécie de *happening*, que podia ser uma *flash mob* numa rua ou avenida da Freguesia, ou num mercado.-----

----- O valor económico dessa prestação, que ficava gratuita para a Junta de Freguesia, era avaliado em cachets do coro sinfónico num valor entre 15 a 20 mil euros ano. Estavam a falar de cem cantores e de uma estrutura de grande dimensão, que normalmente tinha custos associados e que para a Freguesia de Alvalade não seriam nenhuns na utilização dos serviços do coro. Não significava que se porventura houvesse outro tipo de custos de produção como luz, instrumentos musicais, solistas, instrumentistas, isso era um outro tema, mas naquilo que era só a prestação do coro sinfónico não havia quaisquer custos para a Freguesia.-----

----- Depois, colateralmente, haveria outro tipo de benefícios. Esses não eram evidentes à partida e portanto não estavam elencados, mas que podiam ter grande interesse, designadamente porque haveria seguramente uma chamada de atenção da presença dessa organização naquele espaço, o que faria com que a própria comunidade procurasse saber o que lá se passava e que procurasse inteirar-se. Quem tivesse talento e vontade podia integrar-se na atividade dessa organização.-----

----- Por outro lado, o desenvolvimento de um projeto infantil, que era vontade dessa organização desenvolver mas não tinham condições no espaço onde estavam, o que teria certamente impacto na comunidade. Bem assim como um coro mais ligado à área sénior, que tinha mais pendor para ser de base local mas que iria procurar um fenómeno de outra ordem e que tinha muito interesse do ponto de vista cultural, que era recrutar os

cantores aposentados dos coros profissionais do País, que eram apenas dois, o Coro da Gulbenkian e o Coro do Teatro Nacional de São Carlos, procurando que eles voltassem a cantar, o que teria muito interesse cultural para a Freguesia. -----

----- A duração do protocolo era drasticamente mais curta, porque não havia investimentos em benfeitorias e porque o edifício não era propriedade da Freguesia. Tinha que estar vinculado ao prazo do contrato de comodato. Não era o edifício inteiro, porque continuaria a haver o posto de atendimento no mesmo local, bem como uma sala de reuniões no primeiro piso, os espaços de trabalho e de atendimento da Segurança Social, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e da solicitadora que prestava aconselhamento jurídico. Era apenas o espaço do auditório, as salas atrás do auditório que lhe davam apoio e o piso de baixo onde havia casas de banho, uma cozinha e outras salas onde seria feito um arquivo de partituras, uma espécie de biblioteca de partituras que queriam sistematizar em torno da música coral e em especial daquela que resultava da recolha do Michel Giacometti nos anos sessenta e setenta sobre a música tradicional das regiões portuguesas. Era um setor em que a associação vinha a investir muito, quer recuperando obras de compositores portugueses, quer estimulando compositores portugueses da nova geração a continuarem nas revisitações desse património cultural de grande monta no País. -----

----- O concerto do 25 de Abril pela Associação Musical Lisboa Cantat, no auditório onde se encontravam, tivera uma sala completamente cheia e fora entusiasmante do ponto de vista da qualidade da expressão musical. Havia uma iniciativa que teria carácter anual, os Coros do Mundo em Lisboa, que era um intercâmbio anual de coros e que trouxera um coro do Canadá, o Holy Heart of Mary School Alumni, que era um coro feminino de antigas alunas do Colégio do Sagrado Coração de Maria. Era completamente diferente da própria atividade que o Lisboa Cantat apresentara e era muito interessante, quer do ponto de vista musical, quer do ponto de vista da apresentação cénica do espetáculo. Esse era um programa anual para continuar e que seria feito independentemente do protocolo. -----

----- Parecia-lhe que iriam ter um parceiro na área musical que permitiria dar uma base para se ter uma fruição cultural mais adequada à nova dimensão da Freguesia de Alvalade, tendo ganhos adicionais em relação ao tipo de estrutura que a Junta já conseguia oferecer. -----

----- **Membro Mariana Teixeira (PSD)** perguntou, quando se falava em cedência do espaço, se era uma cedência exclusiva. Se outra instituição requisitasse a cedência do espaço, se estava interdita a sua utilização. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a cedência era para que instalassem a sua sede e desenvolvessem as suas atividades, como existiam muitos outros exemplos na Freguesia. O Estrelas de São João de Brito ocupava uma sala na biblioteca que geria autonomamente, o Lions Clube de Alvalade a mesma coisa, o Clube dos Coruchéus durante muito tempo tivera as instalações para seu uso exclusivo e só mais tarde as partilhara com a Academia Sénior, mas também as entidades não podiam pedir à Junta a utilização desse espaço. -----

----- Não significava que se qualquer instituição se dirigisse diretamente à Associação Musical Lisboa Cantat durante o período da cedência, para fazer uso de qualquer ordem daquele espaço, que não pudesse haver um entendimento para esse efeito. Se esse pedido fosse feito à Junta, seria encaminhado para a Associação Musical Lisboa Cantat, como se fazia nos outros modelos. Por exemplo, quando alguém quisesse utilizar o complexo desportivo municipal de São João de Brito seria encaminhado para o Clube de Rugby de São Miguel, quando alguém quisesse utilizar o polidesportivo de Telheiras Sul teria que ser encaminhado para o Clube Desportivo Fonsecas e Calçada, quando

alguém quisesse utilizar o polidesportivo da Avenida Estados Unidos da América, que fora cedido no mandato anterior à Associação Corvos XXI, teria que se dirigir a essa associação.-----

----- O espaço seria gerido da mesma maneira que todos os outros espaços, quer no passado, quer atualmente ou futuramente nos casos que viessem a seguir, se fazia nesse tipo de cedências.-----

----- A Junta não teria essa gestão direta, mas encaminharia para um diálogo com quem tinha a responsabilidade de gestão, até porque iam assumir os consumos de água, luz e gás e iriam porventura armazenar bens de sua propriedade, designadamente pianos. Ficavam responsáveis pelos critérios de gestão, como todas as outras organizações com quem se celebraram parcerias semelhantes.-----

----- **Membro Mariana Teixeira (PSD)** disse que era exatamente esse o seu receio, porque de facto existiam outras instituições a quem estavam cedidas instalações da Junta de Freguesia de Alvalade, mas a questão ali era que não estavam a falar de umas instalações quaisquer.-----

----- O Senhor Presidente tinha dado o exemplo do Estrelas de São João de Brito, mas tinham uma sala e no caso presente não estavam a falar de uma sala, estavam a falar de um auditório, de uma cozinha, de diversas salas, quando existiam outras instituições na Freguesia que não tinham instalações e que gostariam de ter uma resposta à sua solicitação de instalações.-----

----- Infelizmente tinha que demonstrar algum desconforto por darem essas instalações a essa instituição, que apesar de operar na Freguesia não tinha uma tradição muito forte na Freguesia, sem ter assegurado que todos os pedidos de instalações para as instituições que já operavam e tinham tradição na Freguesia teriam resposta adequada, numa forma equitativa em relação a essa que vinha de fora.-----

----- **Membro Francisco Bento (PSD)** disse que a sua questão se prendia com o epílogo desse protocolo. Se não conhecesse outras associações iria deduzir, desculpasse a ironia, que a Associação Musical Lisboa Cantat era como se fosse o ballet da Gulbenkian. Se fizessem uma amostragem, duvidava que tivessem mais de 10% ou 15% de pessoas a conhecer essa associação.-----

----- Tinha feito alguma pesquisa porque tinham feito várias iniciativas mas não conhecia e considerava-se uma pessoa minimamente informada. O que o surpreendia era que se essa associação tinha andado a saltar de local em local em Lisboa, porque razão tinham escolhido dessa vez Alvalade, seria por terem os olhos mais bonitos que Benfica, Lumiar ou Campo de Ourique. Se seria porque em Alvalade eram mais ricos hipoteticamente, se teria o Executivo anterior deixado mais dinheiro para poderem usufruir imediatamente.-----

----- Não havia sequer um número significativo de associados do Lisboa Cantat e mesmo nesses associados, muitos deles não eram da Freguesia de Alvalade. Não era que isso fosse relevante, mas podia ter algo que levasse a pensar que 11 dos 22 associados eram da Freguesia de Alvalade, mas não. A amostragem era muito reduzida e questionava a razão de irem para Alvalade.-----

----- Sem pôr em causa o mérito da associação, numa área da cultura que por vezes era pouco promovida, mas deixava-o com “a pulga atrás da orelha” ver uma associação desconhecida, que já estivera em Benfica, em Marvila e noutros locais, decidiu ir para Alvalade. Perguntou se teriam ficado descontentes nas outras Freguesias, se não gostaram de lá estar. Talvez o Senhor Presidente tivesse uma resposta para poder dar em relação ao porquê de escolherem Alvalade. Era uma curiosidade que fazia algum sentido.-----

----- **Membro Aquino de Noronha (PCP)** disse que não se devia olhar para as sedes dessas entidades de uma forma paroquial, não se devia dizer sempre que só deviam ficar sediadas na Freguesia organizações que tivessem muitos habitantes da Freguesia. -----

----- O que estava em causa era um dos coros mais prestigiados do País. Tinha assistido a vários concertos e podia dizer que, entre os coros não profissionais, talvez fosse aquele em que o repertório mais defendia a música portuguesa. Estava convencido que o espetáculo que prometia dar na Freguesia iria ser uma mais-valia para a Freguesia. ----

----- Não sabia dizer, porque não conhecia a atividade na Junta de Freguesia de Alvalade, para que fins eram utilizadas essas instalações e que organizações as utilizavam regularmente, mas no momento estava convencido de que o facto de eles irem para Alvalade era uma mais-valia para a Freguesia. -----

----- **Membro Mário Branco (PS)** disse que não conhecia integralmente a história da associação, mas encontrara uma reportagem acerca das más condições que tivera em Marvila, o que talvez pudesse ter motivado. A associação já mostrara em Alvalade o que poderia levar de oferta cultural. Estavam a falar do maior coro amador sinfónico do País e era com agrado que via apetrechar Alvalade de uma oferta cultural que era um peso pesado na música coral sinfónica e todos deviam estar bastante contentes com isso. Queria dar os parabéns a essa iniciativa. -----

----- **Membro Manuela Santos (PSD)** disse que o PSD não punha em causa o que representava ir para a Freguesia um coro com o prestígio relativo que tinha essa instituição, nem tinha uma visão paroquial. Claramente que aquilo que se estava a interrogar era a razão de ser essa e não uma lista medonha, que provavelmente todos teriam na cabeça. Estava a falar do Stella Maris e de outras instituições que viviam em circunstâncias dramáticas do ponto de vista do espaço, do ponto de vista das condições e dos equipamentos. -----

----- A preocupação, a interrogação e a estranheza não tinha a ver com a vinda de uma instituição cultural, que era bem vinda e obviamente alargaria horizontes a todos os fregueses, mas porque razão era essa. -----

----- Não se achava que fossem um espaço fechado geograficamente em relação ao resto do mundo, nem se achava que eram os “nacionais” e os outros eram os “estrangeiros”. Todos eram bem vindos, todos os equipamentos e todas as instituições eram interessantes desde que levassem alguma coisa de importante. Essa podia levar, mas a interrogação era porque não outras tantas. Era a questão que gostaria que respondessem.

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que as questões colocadas eram sintomáticas de uma certa visão da cultura que determinados partidos do espectro político português já tinham habituado longamente. -----

----- O conjunto da política cultural das extintas Freguesias de Alvalade, São João de Brito e Campo Grande resumia-se essencialmente a uma iniciativa de elevadíssima qualidade na área das artes plásticas e que se mantinha em funcionamento, que era o atelier de pintura e uma inauguração mensal de uma exposição na galeria. Aproveitava para cumprimentar na pessoa do Doutor Fernandes Marques e do Doutor Diogo Bastos porque souberam, na sensibilidade que tinham mais ligada às artes plásticas, desenvolver uma atividade cultural relevante. -----

----- A par disso havia uma atividade no setor da leitura, que era a manutenção da Biblioteca Manuel Chaves Caminha, mas não havia política no domínio da música. No domínio das artes de palco havia alguns parceiros que ocupavam o auditório, um coro também, o Audite Nova, um grupo de teatro, o Proscénio, e depois havia alguma atividade musical ligada mais a políticas de envelhecimento ativo e saudável do que a políticas culturais propriamente ditas. -----

----- Do ponto de vista do desenvolvimento da política cultural tinha sido identificada uma omissão que era pretendida. Essa era uma opção assumida, clara, transparente, desassomburada, sem necessidade de “pôr pulgas” em qualquer parte de quem quer que fosse, de desenvolver uma política na área da música. Era importante identificar um parceiro que conseguisse rapidamente elevar a um patamar de grande qualidade aquilo que se fazia na área cultural. -----

----- O Lisboa Cantat não era comparável com qualquer lista infindável de organizações. Como dissera o Membro Aquino de Noronha, era um dos mais prestigiados coros amadores portugueses, senão o mais prestigiado, que até já tinha uma componente de câmara semiprofissional e que dava muitos cantores que lá se formavam à Gulbenkian e ao São Carlos. Portanto, a comparação do Lisboa Cantat com o ballet Gulbenkian não era assim tão absurda quanto pudesse parecer nas intervenções iniciais. -----

----- Acreditava que não conhecessem, porque ninguém era obrigado a conhecer todas as organizações culturais do País, ou mesmo da sua cidade, mas para quem apreciava um mínimo de música erudita, à falta de melhor palavra para exprimir, não encontrava uma única pessoa que não conhecesse ou que não tivesse já ouvido falar, ou ouvido gravações ou concertos do Lisboa Cantat. Não eram eles que tinham escolhido Alvalade, não houvesse ilusões quanto a essa matéria, fora o Executivo que os escolhera a eles e que os desafiara para esse projeto. -----

----- Havia seguramente outras organizações na Freguesia que necessitavam de instalações, mas as instalações tinham que ter a aptidão funcional para o destino que lhes era conferido e as organizações que tinham solicitado instalações eram organizações que tinham necessidades especiais do ponto de vista da proximidade a determinados equipamentos ou infraestruturas e do ponto de vista da sua atividade, para quem o auditório servia de pouco, ou que não precisavam de mais que uma frequência que esse auditório podia configurar. -----

----- Parecia haver um potencial muito grande para resgatar de uma situação de debilidade, que pelos vistos alguns conheciam, em que se encontrava essa organização e tinham sido eles os escolhidos para serem o parceiro com que se lançava essa política cultural na área da música onde se identificara uma carência. Era uma opção clara, não tinha nada do outro mundo. Implicava avaliação, escolha, comparação, critério, implicava distinguir entre diferentes tipos de organização a prestar atividade na mesma coisa, mas era um critério de base cultural. -----

----- Disse que o equipamento não estava ao serviço de organização nenhuma, isso era uma ilusão. O equipamento era muito recente na esfera jurídica da extinta Freguesia de Alvalade e tinha, quer no passado, quer no presente, uma utilização muito baixa, porventura pela circunstância de ser um equipamento razoavelmente jovem, que estava ao dispor da Junta de Freguesia havia relativamente pouco tempo. -----

----- Sabia que era um espaço muito cobiçado por organizações de diversa ordem, até na área política, mas tinha-se feito essa escolha que se propunha de ter esse parceiro para poder fruir daquilo que ele podia oferecer e que seguramente teria impacto na vida coletiva da Freguesia. -----

----- (diálogos cruzados)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que alguns fregueses, pessoas menos habituadas a participar em reuniões da Assembleia de Freguesia, lhe tinham feito sentir na rua o seu incómodo por duas razões: -----

----- Primeiro estranhando aquilo que no fundo acabava por ser natural em qualquer órgão democrático e que era designado por demasiado formalismo, mas as coisas tinham que ter algum formalismo; -----

----- Outro era o facto de haver uma tendência para... (impercetível)-----

----- Nesse sentido queria fazer um apelo para que fossem concisos, sem prejuízo da democraticidade do órgão e da liberdade de expressão. As questões de controle de tempos eram extremamente incómodas, mas fazia um apelo a todos para que conseguissem compactar as questões, evitando sucessivos *rounds*. -----

----- Era evidente que uma intervenção podia suscitar outra, mas que procurassem ser concisos, por forma a que a Assembleia fluísse a bom ritmo e por forma também a que o público presente não adormecesse. -----

----- **Membro Diogo Bastos (PSD)** começou por dizer que não era um round, a sua intervenção era na sequência da intervenção do Senhor Presidente, agradecendo a referência que tinha feito à atividade cultural de São João de Brito, mas não podia concordar com a referência de que haveria uma lacuna na área musical na política cultural de São João de Brito. -----

----- Bastava relembrar três projetos perfeitamente sustentados: Vocal Emotion, numa vertente mais pop; Coro Audite Nova, de uma qualidade fantástica e que várias vezes organizara o Encontro de Coros; uma atividade ainda mais erudita, a Orquestra de Musica de Câmara, não sabia se continuavam ou não mas tinham excelentes intérpretes. Ou seja, em termos de lacuna cultural na área da música, São João de Brito não tinha seguramente essa lacuna e não podia deixar passar em claro essa referência. -----

----- **Membro Armando Estácio (PSD)** disse que aquele espaço tivera uma boa ocupação pela antiga Junta de Freguesia de Alvalade. Tinha estado calado, não intervinha para não levantar problemas, mas agradecia que o Senhor Presidente não voltasse outra vez a menosprezar aquilo que tinha sido feito. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** começou por agradecer a intervenção do Membro Diogo Bastos, porque realmente São João de Brito distinguia-se desse ponto de vista cultural e era um pelouro que exercera pessoalmente com grande brio. Efetivamente havia participação dessas organizações, ensaiando semanalmente, no caso do Audite Nova duas vezes por semana, no caso da Orquestra uma vez por semana. Porventura o número de apresentações públicas que acabaram por suceder não eram em grande número, não tinha essa estatística perfeitamente recenseada e não teimava mas era uma perceção global que tinha.-----

----- Quanto à interpelação feita pelo Membro Armando Estácio, não tinha minimizado coisa nenhuma. Estavam de acordo que aquele auditório tivera uma utilização, mas não era auditório que tivesse, por exemplo em comparação com aquele em que se encontravam, uma taxa de ocupação tão intensa. Era uma questão de facto, não era uma questão de poderem esgrimir qualquer espécie de diferendo em relação a isso. Era do conjunto de edifícios da Freguesia o mais recente na esfera da Freguesia, tinha passado para a esfera da Freguesia já no final do mandato e, portanto, tivera a utilização possível. Nisso estavam de acordo. -----

----- Não tinha minimizado e esperava que não interpretassem as suas palavras como minimização. Limitara-se a constatar que utilização do auditório era inferior àquele onde estavam, por exemplo, que tinha uma ocupação permanente de um conjunto de organizações. Não havia nada de acrimonioso naquilo que tinha dito. -----

----- Parecia-lhe que já na última Assembleia de Freguesia tinha havido um mal entendido em relação às suas palavras, porque o que tinha dito até era na verdade elogioso do mandato. Portanto, não havia nenhuma acrimónia, mas admitia que pudesse ter ficado com uma perceção ligeiramente diferente. -----

----- **Membro Armando Estácio (PSD)** mostrou um documento com a aprovação por unanimidade, na Câmara Municipal de Lisboa, da construção da sede, centro de dia e biblioteca municipal no tal local. O edifício era virtual.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **celebração de protocolo com a Associação Musical Lisboa Cantat**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor, 2 votos contra e 6 abstenções. -----

----- **Ponto 3 – Apreciação, discussão e votação da submissão de autorização prévia à celebração de contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Alvalade, nos termos da alínea g) do nº1 do artigo 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nos termos da Proposta nº 51/2014;** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que esse ponto tinha sido sobejamente debatido aquando da última revisão orçamental. Tratava-se da formalização da autorização para a celebração da delegação de competências do Município na Freguesia, para a requalificação do complexo desportivo municipal de São João de Brito e do polidesportivo de Telheiras Sul. -----

----- Os pressupostos financeiros já tinham sido clarificados nessa altura. Identificara-se um superavit na transferência que a Lei 56/2012 aprovara para a Freguesia de Alvalade, em função das competências que em concreto se verificava serem transferidas e, portanto, o aproveitamento desse superavit para o ano 2014 fazia-se nos termos que estavam definidos, com os montantes definidos na delegação de competências. De futuro, se o superavit se verificasse seria nos mesmos termos, se não se verificasse seria através das verbas identificadas que seriam inscritas nos orçamentos municipais nas rubricas que estavam identificadas. -----

----- Era o momento final, do ponto de vista formal, relativamente à possibilidade da Junta de Freguesia se assumir como o dono de obra que levaria a efeito a requalificação desses equipamentos e a sua colocação de novo ao serviço da população com maior capacidade e qualidade. Correspondia a compromissos assumidos com a população e que eram muito importantes. Tinha sido um procedimento muito consensual, quer na Câmara Municipal, quer na Assembleia Municipal, e estava muito satisfeito que se pudesse concretizar para finalmente poderem assumir as competências e obrigações e dar os passos necessários à concretização desses projetos. -----

----- **Membro Mário Costa (PS)** disse que eram dois projetos de mais-valia para a Freguesia e não devia haver grande discussão na aprovação dos mesmos. -----

----- Era morador no Fonseca e Calçada, sócio fundador do clube. Era do tempo em que se captava investimento para fazer a sede que lá estava. Eram miúdos e construíram muita coisa ali. Era um pedido que a população exigia havia muitos anos, fora-lhes prometido consecutivamente e nunca se conseguira fazer, mas não lhe competia a si dizer a razão. Tinha sido atleta e foram campeões várias vezes. -----

----- Uns tempos antes tinha ouvido na Assembleia que a Freguesia não tinha grandes assimetrias, mas não havia nada mais errado. Não podiam nunca comparar aquela zona com outras zonas. -----

----- Era um clube que estava a ser, quanto a si, muito bem trabalhado. Era sempre futsal e iam arrancar com o projeto de atletismo. Tinha lá passado antes da Assembleia e estavam quinze miúdos no campo com poucas condições a fazer capoeira. Iriam ter desporto para invisuais, uma inovação na Freguesia. Tinham também uma pessoa que iria começar com artes marciais. -----

----- Admitia que não conhecessem porque era uma zona não nobre da Freguesia, apesar do atual executivo sempre ter feito por conhecer, ao contrário de outras pessoas, mas cada um tinha que responder pelos seus atos. Havia uma sala onde davam refeições às pessoas carenciadas do bairro, porque havia pessoas que só comiam uma sopa. -----

----- Tinham uma ajuda aos sem-abrigo, pegavam em carrinhas e iam distribuir coisas por Lisboa. -----

----- Não era mais do que responder a um anseio. Era um projeto que ficaria ao serviço da Freguesia e o clube não queria ser dono de nada, queria era que as pessoas pudessem usufruir daquilo. Só tinha que agradecer, era um projeto que ficaria na memória daquelas pessoas para sempre. -----

----- **Membro Aquino de Noronha (PCP)** disse que o PCP iria no mesmo sentido de voto que tivera aquando da alteração ao Orçamento, iria abster-se, mas para que não houvesse dúvidas tinha uma declaração de voto escrita que depois entregaria à Mesa. ---

----- O PCP sempre se tinha oposto à Lei 56/2012 e essa oposição fora manifestada por diversas ocasiões nas três ex freguesias que atualmente faziam parte da Freguesia de Alvalade e inclusivamente na atual Freguesia de Alvalade. Era nesse âmbito que se iria fazer esse projeto de requalificação e manutenção do Clube de Rugby de São Miguel e do polidesportivo do Bairro Fonseca e Calçada. -----

----- O PCP não se opunha, pelo contrário, até apoiava a intervenção no pavilhão do bairro Fonseca e Calçada. A dúvida prendia-se com o projeto do Clube de Rugby de São Miguel, independentemente do seu mérito. O PCP entendia que tendo esse projeto nascido da aprovação do Orçamento Participativo da CML, deveria ser a Câmara a assumir os custos da sua execução. -----

----- Além disso, os custos financeiros envolvidos ao longo dos anos para a execução do projeto e para a sua manutenção eram bastante elevados. A Freguesia de Alvalade tinha mais necessidades, muitas outras, que podiam ser atendidas com esses montantes e beneficiariam certamente uma fatia maior da população. -----

----- Era nesse sentido que iria a abstenção do PCP. -----

----- **Membro Mariana Teixeira (PSD)** disse que o PSD sempre defendera que se criassem respostas ao nível do desporto na Freguesia. Era evidente, saltava aos olhos de qualquer pessoa, que a Freguesia sofria da falta de respostas existentes ao nível desportivo. Felicitava o pavilhão do Fonseca e Calçada, partilhando da necessidade e da premência, tendo em conta o crescimento do clube e a possibilidade que isso lhe levaria de poder desenvolver um trabalho ainda mais vocacionado para as camadas mais jovens e também ao nível da competição. -----

----- Tanto o pavilhão do Fonseca e Calçada como o parque desportivo de São João de Brito iriam dar resposta a duas instituições da Freguesia e existiam outras instituições da Freguesia com vocação mais desportiva que tinham necessidades que não iriam ser respondidas. -----

----- Falara-se em equidade e reconhecia todo o mérito nessas duas instituições, mas não podia deixar de lembrar todas as outras que também precisavam de espaço e não iriam ter. -----

----- Achava muito bem que a Junta de Freguesia apoiasse, que fosse um parceiro direto dessas soluções, mas parecia que deveria ser acautelada a utilização do espaço por outras instituições, em primeiro lugar as da Freguesia, desculpasse o bairrismo. -----

----- O Senhor Presidente que desculpasse, mas não satisfazia totalmente que dissesse que quando chegassem os pedidos à Junta de Freguesia iria encaminhá-los para os respetivos clubes. Era tudo uma questão de bom senso depois que imperava e até conhecia os intervenientes no momento atual e sabia que esse conceito iria imperar, mas nada garantia no futuro e o Senhor Presidente teria alguma facilidade em poder introduzir cláusulas que salvaguardassem isso, dentro do tempo útil de utilização dos equipamentos poder haver uma percentagem que seria cedida a outras instituições, preferencialmente aquelas que operavam na Freguesia. -----

----- **Membro Mário Costa (PS)** disse que concordava com o que a Membro Mariana Teixeira tinha dito, mas o Fonseca e Calçada não queria ser dono de nada. Era o clube mais representativo da Freguesia, estava na segunda divisão nacional de futsal. O

protocolo teria que ser assinado com a Junta de Freguesia, mas aquele pavilhão não seria exclusivamente para o FONSECAS e CALÇADA. Obviamente que todas as outras entidades desportivas iriam ter acesso e nem outra coisa seria de esperar. Se fosse ao contrário também gostaria que o seu clube pudesse jogar ali. Essa dúvida nem sequer se colocava. -----

----- O equipamento iria levantar outras possibilidades e uma delas era que poderia ser explorado de outras formas. Iria aliviar os pedidos, porque todos sabiam que os clubes pequenos tinham que andar sempre a pedir subsídios à Junta e, portanto, estava convencido que essas possibilidades seriam também benéficas do ponto de vista financeiro. -----

----- **Membro Francisco Bento (PSD)** disse que a sua questão se prendia com a transferência de valores e perguntava ao Executivo se os valores que estavam manifestados eram transferidos para essas organizações imediatamente quando a CML transferisse para a Freguesia, ou qual seria o procedimento. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que as questões colocadas pelo PCP tinham sido suficientemente esclarecidas na altura da revisão orçamental. O que estava em causa não era a Câmara não assumir o compromisso que tivesse, o que estava em causa era o processo que estava a ser usado com inúmeras Freguesias da cidade. Aliás, a proposta 287 tinha sido submetida e apreciada ao mesmo tempo que a proposta 288, da Freguesia vizinha do Areeiro, em que o modelo era exatamente o mesmo. O que tinha acontecido era um afinamento daquelas que foram as competências efetivamente transferidas e fora recalculado o montante que as Juntas necessitavam para dispender no exercício dessas mesmas competências, por exemplo tinham-se afinadas as dimensões do mapa de pessoal e só a partir daí se viram os custos com pessoal, o mesmo com o que era ou não estruturante. Portanto, determinara-se o montante, em confronto com o que a Lei 56/2012 atribuía à Junta de Freguesia de Alvalade, e verificara-se um montante de 500 mil euros, que correspondia às despesas correntes que a CML deixava de ter no seu Orçamento, porque ele era transferido da DGAL diretamente para os cofres da Freguesia mas não correspondia às competências que efetivamente tivessem transitado. -----

----- Havia um desequilíbrio entre o Município e a Freguesia do ponto de vista orçamental que era preciso suprir com tarefas que admitissem que a Câmara abatesse do seu lado rubricas orçamentais, designadamente as que respeitavam a esses empreendimentos. Assim tinha sido, foram identificados esses empreendimentos, em setembro discutiram outros aprovados no dia anterior na área dos espaços verdes. -----

----- Ainda havia a dúvida sobre se haveria ou não alteração à Lei 56/2012 para acautelar de forma estrutural o montante que estava fixado. Se havia Freguesias excedentárias, como Alvalade e Areeiro, havia outras Freguesias que eram deficitárias, como por exemplo o Lumiar, que era pouco deficitário mas era, com cerca de 40 mil euros. Se houvesse uma eliminação desse superavit de um ponto de vista estrutural os protocolos acautelavam as transferências financeiras, mas o dinheiro referente ao que estava comprometido em 2014 já estava, era transferido diretamente da Direção Geral das Autarquias Locais para a Freguesia de Alvalade. Faltava uma tranche do último trimestre, mas o resto já estava e, portanto, havia condições de avançar porque o dinheiro estava do lado da Junta de Freguesia. -----

----- Era evidente que tinha de haver critérios de equidade e estava completamente de acordo a propósito de acautelar a utilização desse equipamento por outras instituições da Freguesia. Aliás, esses não eram os únicos equipamentos desportivos de que a Freguesia dispunha e poderia haver mais respostas em equipamentos que já estavam em funcionamento, designadamente o da Teixeira de Pascoais e o da Avenida dos Estados

Unidos da América, que permitiram dar resposta a duas coletividades. Isso preenchia de forma significativa as necessidades da oferta, mas acima de tudo isso discutia-se não a propósito do protocolo de delegação de competências, onde o que estava em causa era apenas a transferência da competência do Município para a Freguesia para assumir as responsabilidades da requalificação. Isso discutia-se aquando dos contratos de programa dos protocolos que definissem a programação das obrigações de gestão dessas organizações, quando a gestão passasse para eles e que só seria quando findas as obras.-

----- A Assembleia de Freguesia teria oportunidade no futuro de discutir com todo o detalhe as condições dessa partilha, no momento próprio e não nesse documento, que tratava apenas da transferência de uma competência do Município e que era de realizar obras estruturais nos edifícios de sua propriedade. Como apenas a manutenção ordinária daqueles equipamentos era competência própria da Freguesia de Alvalade, era através de um mecanismo de delegação de competências que essa transferência se tinha de fazer. Era só disso que estavam a tratar, da circunstância de identificar a Freguesia como dono de obra e o modelo dos meios que estavam à disposição para essas operações. Não era o Município, não eram os clubes, era a Freguesia.-----

----- Tudo o resto tinha os seus momentos próprios. Aliás, em função dos montantes, parecia-lhe que os próprios procedimentos e autorizações, a decisão de contratar, a abertura do procedimento, a aprovação das peças, etc., provavelmente iriam ser competência da Assembleia de Freguesia. Portanto, o detalhe com que a Assembleia de Freguesia teria de acompanhar esse processo era muito grande. Ainda iriam falar disso várias vezes do ponto de vista da empreitada, do ponto de vista da gestão e de todos os aspetos relativos ao funcionamento. Não eram empreendimentos de pequena monta e que ficassem resolvidos num dia qualquer, tinha as suas sucessivas etapas.-----

----- O que estava em causa no momento era autorizar a celebração do protocolo de delegação de competências entre o Município e a Freguesia para que se avançasse nesse domínio, sem prejuízo de terem que voltar a falar disso muito mais vezes, até que a transferência da gestão acontecesse, mesmo porque os equipamentos não estavam lá nas condições em que iam ser transferidos.-----

----- Do ponto de vista da gestão do complexo desportivo municipal de São João de Brito, isso era um movimento muito importante. Do ponto de vista dos custos de estrutura que a Junta de Freguesia assumia, sucedendo ao Município, eram muito pesados, porque tinha muito pessoal associado, porque tinha custos muito elevados de manutenção, que superavam em muito o tipo de receita que aquele equipamento estava a colher. Seria muito importante para a Freguesia conseguir encontrar um parceiro para partilhar essas responsabilidades e que tivesse outra capacidade de dinamizar a procura do equipamento e a sua fruição por diversas entidades ou mesmo por particulares, que permitissem financiar o funcionamento de um equipamento dessa dimensão.-----

----- Era uma coisa que ainda teriam de esmiuçar com muito detalhe, mas o que tratavam no momento era de decidir a entidade competente para a realização das obras. Era só isso.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **autorização prévia à celebração de contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Alvalade, nos termos da alínea g) do nº1 do artigo 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nos termos da Proposta nº 51/2014**, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por maioria, com 9 votos a favor e 10 abstenções.-----

----- O PCP apresentou a seguinte declaração de voto:-----

----- “1. É conhecida a oposição do PCP à Lei 56/2012 já manifestada em várias ocasiões nas Assembleias de Freguesia das extintas Freguesias de Alvalade, Campo Grande e São João de Brito e, inclusivamente, na nova Freguesia de Alvalade. -----

----- 2. É no âmbito desta Lei que é atribuída à Junta de Freguesia de Alvalade a requalificação e manutenção do «projeto do Clube de Rugby de São Miguel e a intervenção no pavilhão desportivo do Bairro Fonsecas e Calçada». -----

----- 3. O PCP não se opõe, e até apoia, a intervenção no Pavilhão do Bairro Fonsecas e Calçada. -----

----- 4. Em relação ao projeto do Clube de Rugby de São Miguel e independentemente do seu mérito, o PCP entende que tendo este projeto nascido da aprovação do Orçamento Participativo da CML deve ser a Câmara a assumir os custos da sua execução. Além disso, os custos envolvidos ao longo dos anos para a execução do projeto e para a sua manutenção são bastante elevados. A Freguesia de Alvalade tem muitas necessidades que podem ser atendidas com estes montantes e beneficiariam, certamente, muitos mais fregueses. -----

----- 5. Por isso o voto de abstenção dos eleitos do Partido Comunista Português na Proposta nº 287/2014. -----

----- Lisboa, 23 de julho de 2014. -----

----- Os eleitos do PCP – Pedro Bastos e Aquino de Noronha” -----

----- **Ponto 4 – Apreciação, discussão e votação da autorização de celebração de Protocolo com a Associação Centro Cultural e Desportivo Estrelas de São João de Brito, nos termos da Proposta nº 56/2014;**-----

----- O Senhor Presidente da Junta começou por cumprimentar os dirigentes, atletas e técnicos do Estrelas de São João de Brito pela presença, pelas palavras do Senhor Presidente Nuno Lopes e também pela resistência que demonstraram em continuar a acompanhar os trabalhos até que chegasse o momento de tratar o assunto que lhes dizia respeito. -----

----- Esse protocolo era uma extensão do outro já aprovado em sessão anterior, que permitira executar um projeto piloto de natação curricular no jardim-de-infância da extinta Junta de Freguesia do Campo Grande e que permitia uma coisa que lhe parecia absolutamente extraordinária, que era o alargamento da natação curricular ao nível do ensino pré-escolar a todas as crianças que estivessem matriculadas nos jardins de infância da rede pública na Freguesia de Alvalade. -----

----- Conseguira-se essa política na cidade naquilo que concernia ao primeiro ciclo do ensino básico e Alvalade era a primeira Freguesia que fazia a extensão até às crianças que frequentavam o nível de jardim-de-infância, com um parceiro de longa data da extinta Freguesia de São João de Brito e que demonstrara durante o ano anterior ter uma enorme capacidade para sustentar um projeto dessa natureza. Com isso assegurava também as verbas que eram necessárias para voar mais alto e se poder aventurar a desafios que o Presidente do Estrelas de São João de Brito, de forma tão eloquente, esclarecera. -----

----- O Estrelas de São João de Brito estava de parabéns pela ambição que tinha de sonhar sempre e cada vez mais. Não era o único trabalho que tinham entre mãos em conjunto com o Estrelas de São João de Brito, estavam também a discutir a possibilidade de haver melhoramentos relativamente ao equipamento do Regimento de Sapadores Bombeiros, estavam a explorar diversidades de fontes de financiamento que admitissem crescer, permitindo que satisfizessem a necessidade de infraestruturas das organizações desportivas, não apenas as da Freguesia mas de toda a Cidade de Lisboa, onde a área desportiva útil estava a metade daquilo que eram as recomendações internacionais. -----

----- No momento havia um trabalho muito intenso e muito permanente com o Estrelas de São João de Brito. Via-se o momento como uma etapa no fenómeno de grande expansão do clube, que iria provavelmente levar grande orgulho à Freguesia de Alvalade quando os atletas regressassem com os méritos e palmarés internacional que seguramente iria assegurar, abrilhantando aquilo que era a qualidade e a vitalidade da vida desportiva da Freguesia. -----

----- **Membro Joaquim Fernandes Marques (PSD)** disse que queria muito brevemente referir os vários protocolos celebrados entre a Junta de Freguesia de Alvalade e o Estrelas de São João de Brito e a satisfação com que via isso acontecer. Essa colaboração entre a autarquia local, na altura São João de Brito, e o Estrelas começara fundamentalmente quando a Junta de então tinha celebrado um protocolo com a CML e que permitira ao Estrelas de São João de Brito passar a utilizar a piscina do Regimento de Sapadores Bombeiros na Avenida Rio de Janeiro, com a obrigatoriedade de alguns encargos de manutenção da piscina e também com o facto de dar instrução de natação aos Sapadores Bombeiros. -----

----- Essa colaboração existia pelo menos com quinze anos e ainda bem que se mantinha, como aliás se mantivera nos anteriores mandatos a outros clubes da Freguesia. -----

----- Queria só manifestar a sua satisfação, porque a colaboração entre a autarquia local e esse clube dava frutos em benefício das pessoas e sobretudo dos jovens. Achava muito bem que houvesse esse protocolo e que ele desse os frutos que todos pretendiam. -----

----- **Membro Aquino de Noronha (PCP)** realçou o bom trabalho feito pela Junta, nomeadamente do seu camarada Ricardo Varela. -----

----- **Membro Francisco Bento (PSD)** disse que o PSD enaltecia esse protocolo e até o achava reduzido face aos conhecimentos que havia do clube Estrelas de São João de Brito, porque sabia-se ser talvez dos melhores, não só de Lisboa mas também do País. Tinha grandes atletas, fazia um trabalho em prol da comunidade não só da Freguesia onde estavam instalados, mas também de uma área bastante abrangente da Cidade de Lisboa, e estavam cada vez mais abertos à população com o objetivo da prática desportiva. -----

----- Era importante referir que a maior parte desses campeões do Estrelas eram estudantes e que trabalhavam praticamente *pro bono*, ensinando outros que um dia também seriam campeões. -----

----- O PSD enaltecia o protocolo, mas não se admiraria se houvesse subvenção de alguns valores, porque nesse caso podia-se afirmar com toda a certeza que havia um trabalho meritório feito, sustentado, com provas dadas. Podia falar em causa própria, porque não era autarca em Alvalade, era noutra Freguesia do País, e já conhecia o Estrelas de São João de Brito. A esse tipo de associações deviam apoiar e estar presentes, podendo motivá-las a crescer. -----

----- Dava os parabéns aos atletas, à associação e ao próprio Executivo. Era um trabalho que considerava positivo e que se associava ao que já faziam bem. -----

----- Uma palavra também para os Membros do PCP. Não esperava outra coisa, fosse do PCP ou de outro partido qualquer, que quando estavam num determinado pelouro fizessem o melhor e nesse caso os parabéns à Cláudia Cláudio e ao Ricardo Varela. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** confirmou a intervenção do Membro Joaquim Fernandes Marques. Era verdade que o momento original de colaboração com o Estrelas de São João de Brito tinha sido durante a sua Presidência. -----

----- Concordava com o que dissera o Membro Francisco Bento, uma vez que não tinha a sensação de terem feito mais do que a sua obrigação, de conseguir mudar as condições ao Estrelas de São João de Brito para continuar a prosseguir a atividade. -----

----- Havia méritos vários na elaboração do protocolo e à cabeça deles estavam os Vogais da Educação e do Desporto. O trabalho coletivo que dera origem ao produto final, o rastilho inicial tinha sido deles, o trabalho de negociação era deles e, portanto, mereciam um cumprimento especial.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **autorização de celebração de Protocolo com a Associação Centro Cultural e Desportivo Estrelas de São João de Brito, nos termos da Proposta nº 56/2014**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade e aclamação**.-----

----- **Ponto 5 – Apreciação, discussão e votação da aceitação da doação de equipamento de motocção pela JCDecaux, nos termos da Proposta nº 59/2014;**-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que essa proposta surgia por uma curiosidade da Lei das Autarquias Locais. Qualquer doação, independentemente da sua natureza ou montante, tinha que ser autorizada pela Assembleia de Freguesia. Era por isso que apresentavam uma questão dessas, de tão pequena monta.-----

----- Sucedia que a JCDecaux tinha o monopólio dos outdoors, ou pelo menos era muito representativa da quota de mercado, no conjunto da Cidade de Lisboa e fornecia ao Município um conjunto de contrapartidas. Algumas contrapartidas que apresentava eram em equipamentos ao Município de Lisboa e no fim da amortização desses equipamentos do lado da JCDecaux, eles eram depois doados ao Município de Lisboa, que depois os mantinha na sua esfera jurídica.-----

----- Acontecia que o Município de Lisboa já não tinha competências nessa área e distribuía pelas diferentes Freguesias da cidade, rateadamente.-----

----- Tinham nos quadros do posto de limpeza das Murtas um funcionário qualificado para a operacionalização do motocção e faltava só a autorização para se poder aceitar a doação e finalmente ter o motocção em uso no território da Freguesia.-----

----- **Membro Aquino de Noronha (PCP)** disse que as pessoas utilizavam as papeleiras para pôr os dejetos dos cães e fazia uma sugestão ao Executivo da Junta. À semelhança de uma campanha que a Junta de Freguesia de Benfica ia fazer, que já se tinha tentado fazer em Alvalade e as pessoas não gostaram, para sensibilizar as pessoas mas a sensibilização apenas não chegava e as pessoas tinham que ser chamadas à atenção.-----

----- Gostava muito dos animais. Os porcos não eram os cães, os porcos eram os donos e isso tinha que ser dito, porque impunemente utilizavam a via pública. A Freguesia era frequentada por muitas pessoas invisuais e era prejudicada com os dejetos dos cães. Devia-se fazer uma campanha de sensibilização para essa situação.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que essa situação afetava toda a gente e não só os invisuais. Não por acaso era referido pelos turistas estrangeiros que visitavam Portugal de um modo geral, não só Lisboa, como uma das coisas mais desagradáveis que se verificavam no País. Isso prendia-se com a educação das pessoas, dos donos, mas os donos educavam-se e repreendiam-se. Ao lado de uma campanha de sensibilização, lançando um apelo ao civismo, se não houvesse repressão não havia volta a dar.-----

----- Infelizmente, nessa matéria não seriam muitos os meios com que podiam contar. Era uma coisa que outros países resolveram de outras maneiras.-----

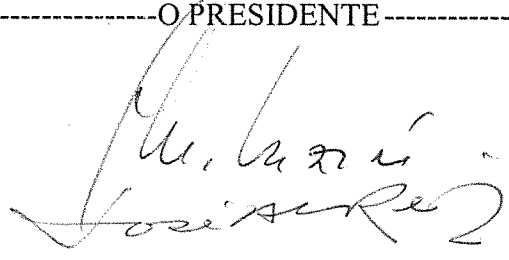
----- Seguidamente, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **aceitação da doação de equipamento de motocção pela JCDecaux, nos termos da Proposta nº 59/201**, tendo a assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**.-----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** referente à presente reunião, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**.-----

----- Concluída a ordem de trabalhos, deu por encerrada a reunião, eram 23 horas e 30 minutos.-----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1º.SECRETÁRIO _____ 2º.SECRETÁRIO _____
-----O PRESIDENTE-----



A handwritten signature in cursive script, appearing to read "José Soares", is written over the line for the President. The signature is written in dark ink and is somewhat stylized.

